

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
EDITAL Nº 04/2018 – PPGAS
ALUNO ESPECIAL 2018/2

1. Aluno especial é todo aquele inscrito para cursar disciplinas isoladas oferecidas em um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu*. O Aluno Especial participa de um processo seletivo simplificado e, sendo aprovado, poderá se matricular em apenas uma disciplina eletiva oferecida através deste edital. No entanto, não há vínculo efetivo dos alunos especiais com o Programa de Pós-Graduação.
2. Período de inscrição: de 01 a 10 de agosto de 2018.
3. A inscrição será realizada somente pelo e-mail da secretaria do curso: mestradosfp@gmail.com. O campo “assunto do e-mail” deverá ser preenchido com a seguinte informação: “inscrição aluno especial 2018-2 – NOME DO DOCENTE RESPONSÁVEL¹”.
4. Procedimentos de Inscrição: o candidato deverá anexar os seguintes documentos digitais em **1 (um) único arquivo pdf**, na ordem abaixo. Não serão aceitos documentos que não estiverem neste formato ou arquivos enviados separadamente.
 - a. Requerimento de Inscrição como Aluno Especial (Anexo I), devidamente preenchido. Neste requerimento, a justificativa deverá ser direcionada ao(s) professor(es) da disciplina, explicitando as razões que levaram o candidato a se inscrever, mencionando relações entre a temática a ser abordada na disciplina e sua experiência anterior e/ou seus projetos profissionais.
 - b. RG e CPF
 - c. Cópia de diploma de graduação ou atestado institucional de conclusão de curso de graduação até 2018/1.
 - d. Currículo Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>).
5. As vagas serão disponibilizadas de acordo com o quadro a seguir. O atendimento ao número estipulado dependerá da avaliação realizada pelo(s) docente (s) da disciplina e da quantidade de alunos regulares matriculados. O planejamento dos horários das aulas está expresso no Anexo II deste edital, sendo que o docente poderá modificá-lo de acordo com as necessidades da Universidade.

¹ Por exemplo: Inscrição aluno especial 2018-2 – Maria Silveira.



Disciplina	Docente	Vagas*
Ecologia da Paisagem	Márcia dos Santos Ramos Berreta	Até 10
Direito, Administração Pública e Sustentabilidade	Celmar Corrêa de Oliveira	Até 10
Fundamentos Ecológicos e Legais do Manejo e Conservação da Vegetação Nativa	Ricardo Silva Pereira Mello	Até 10
Biodiversidade de Plantas Alimentícias Não Convencionais	Elaine Biondo	Até 10
Tecnologias Limpas Industriais	Fabiano Simões e Rafael Haag	Até 10
Perspectivas Críticas da Educação Ambiental	Rosmarie Reinher	Até 10
Ecossistema Aquáticos Continentais	Márcia dos Santos Ramos Berreta e Albano Schwarzbold	Até 10

*Número máximo de vagas. Será dado prioridade aos alunos regulares do curso. As vagas remanescentes, serão preenchidas por alunos especiais conforme as regras de seleção estabelecidas neste edital.

6. A seleção será realizada com base em análise do currículo do(a) candidato(a) e de sua justificativa apresentada no requerimento de inscrição para cursar a disciplina pretendida.
7. O resultado será divulgado no site do PPGAS a parti do dia 17 de agosto de 2018. <http://www.uergs.edu.br/mestrado-profissional-em-ambiente-e-sustentabilidade>
8. Os candidatos aprovados deverão fazer suas matrículas nos dias 20 a 22 de agosto de 2018. Após a divulgação da lista dos aprovados por disciplina, os alunos receberão instruções por e-mail relativas aos procedimentos de matrícula.
9. As aulas serão presenciais, ministradas na Uergs, na Unidade em São Francisco de Paula, de acordo com o planejamento do Anexo II.
10. Os casos omissos serão resolvidos pela coordenação do curso.

São Francisco de Paula, 01 de agosto de 2018.



Profa. Dra. Patrícia Binkowski
 Coordenadora do PPGAS/Uergs



ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO COMO ALUNO ESPECIAL

Eu, _____, CPF N° _____, graduado(a) em _____, venho requerer, através deste, inscrição como **Aluno Especial** na disciplina _____ do **Curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade** para o período 2018/2.

JUSTIFICATIVA

Nestes termos,
Peço Deferimento.

_____ (cidade), _____ (data) de 2018.

Assinatura Solicitante



ANEXO II - PLANEJAMENTO DOS DIAS E HORÁRIOS DAS AULAS

NOME DA DISCIPLINA: Ecologia da Paisagem

DOCENTE: Márcia do Santos Ramos Berreta

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	24/08/2018	19:30	23:00
2	25/08/2018	8:30	12:00
3	25/08/2018	13:30	17:30
4	31/08/2018	19:30	23:00
5	01/09/2018	8:30	12:00
6	01/09/2018	13:30	17:30

EMENTA: Ecologia de paisagem: bases conceituais e teóricas, fatores que influem no estabelecimento da paisagem, estrutura, função, dinâmica, trocas e noções de manejo. Unidades de Paisagem: proposta metodológica para análise do ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Paisagem, tempo e cultura. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998.

FARINA, A. Principles and Methods in Landscape Ecology. Chapman and Hall, 2006.

LANG, S.; BLASCHKE, T. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MADERUELO, J. El Paisaje - Genesis de un Concepto. 1 ed. Madri: ABADA, 2005.

VERDUM, R. et al. Paisagem - leituras, significados, transformações. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.



NOME DA DISCIPLINA: Direito, administração pública e sustentabilidade.

DOCENTE: Celmar Corrêa de Oliveira

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	14/09/2018	19:30	23:00
2	15/09/2018	8:30	12:00
3	15/09/2018	13:30	17:30
4	28/09/2018	19:30	23:00
5	29/09/2018	8:30	12:00
6	29/09/2018	13:30	17:30

EMENTA: Estudo da administração pública como indutora do desenvolvimento econômico e social sustentável, abordando os modelos de Administração Pública. Estudo do conjunto de processos que culmina na escolha racional e coletiva de prioridades na definição dos interesses públicos. Princípios e regras gerais do Direito Administrativo e sua aplicação de acordo com os Direitos Fundamentais e com a Democracia. A estrutura e o funcionamento do Estado e da Administração Pública. Objetivos, fundamentos e princípios da Constituição nacional vigente. Análise dos assuntos abordados com foco nos temas ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL, A **Constituição interpretada pelo STF**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfSobreCorte_pt_br/anelxo/constituicao_interpretada_pelo_STF.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Improbidade Administrativa: prescrição e outros prazos extintivos. São Paulo: Atlas, 2012.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- A raposa e o porco-espinho Justiça e valor; tradução Marcelo Brandão Cipolla. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder Formação do patronato brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.
- FREITAS, Juarez. Sustentabilidade, direito ao futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2012
- VAN CREVELD, Martin. Ascensão e declínio do Estado. Tradução Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RAZ, Joseph. O conceito de sistema jurídico: uma introdução à teoria dos sistemas jurídicos; tradução de Maria Cecília Almeida -São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.



LIBERATI, Wilson Donizeti. Políticas Públicas no Estado Constitucional. São Paulo: Atlas, 2013.
 OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Gestão das Águas no Estado Federal. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.

A efetividade dos mecanismos institucionais de cooperação na gestão integrada de bacias. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011

OSTROM, Elinor. El Gobierno de los Bienes Comunes. La evolucion de las Instituciones de accion colectiva. México, Universidad Nacional Autonoma de México, 2000.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma reformulação; tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. São Paulo: Global, 2015.

O povo brasileiro A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIVERO, Jean. Droit administratif. Paris: Dalloz, 1973. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno: de acordo com a EC 19/98. 4ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade; tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A ideia de Justiça. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: Fundamentos Ecológicos e Legais do Manejo e Conservação da Vegetação Nativa

DOCENTE: Ricardo Silva Pereira Mello

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	05/10/2018	19:30	23:00
2	06/10/2018	8:30	12:00
3	06/10/2018	13:30	17:30
4	19/10/2018	19:30	23:00
5	20/10/2018	8:30	12:00
6	20/10/2018	13:30	17:30

EMENTA: Introdução aos Conceitos sobre Vegetação e Flora Nativa. Tipologias e classificações da vegetação em variados domínios de espaço-tempo. Fitogeografia. Vegetação mundial ao Sul do Brasil. Processos ecológicos essenciais da Vegetação. Fitossociologia. A Sucessão Ecológica e perturbações. A legislação pertinente aos usos e conservação da vegetação nativa no Brasil. Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. A relação da Conservação da biodiversidade com a produtividade da vegetação e as possibilidades ecológicas e legais de manejo. Tópicos aplicados sobre a vegetação



nativa em paisagens antropogênicas (Recuperação de Áreas Degradadas, Agroflorestas, Mata Atlântica, Campos Nativos e Mudanças Climáticas)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brack, P., Rodrigues, R.S., Sobral, M. & Leite, S.L.C. 1998. Árvores e arbustos na vegetação natural de Porto Alegre, Rio Grande do Rio Grande do Sul, Brasil. *Iheringia. Série Botânica* 51(2):139-166.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei no 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1o , incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF: 19 de Jul. Seção 1, 2000. p. 01-06.

BRASIL. Decreto no 5.758, de 13 de abril de 2006. **Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP**, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF: 17 de Abr. Seção 1, 2006.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº 04 de 08 de Setembro de 2009. **Dos procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da RL sob regime de manejo florestal sustentável**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF: 09 de Set. Seção I. n. 172, 2009a. p. 64-65.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº 05 de 08 de Setembro de 2009. **Dos procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da reserva legal**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF: 09 de Set. Seção I. n. 172, 2009b. p. 65-66.

BRASIL. Lei No 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 196. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF: 28 de Mai., 2012.

BRASIL. Decreto no 6.660, de 21 de novembro de 2008. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a **utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 nov. 2008. Seção 1, p. 1.



BRASIL. Lei no 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 mar. 2006a. Seção 1, p. 1. Disponível em: . Acesso em: 02 jun. 2018

BRASIL. Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre **a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 2006c. Seção 1, p. 1.

CONAMA - Resolução Nº 033/1994 - "**Define estágios sucessionais das formações vegetais que ocorrem na região de Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, visando viabilizar critérios, normas e procedimentos para o manejo, utilização racional e conservação da vegetação natural**" - Data da legislação: 07/12/1994 - Publicação DOU nº 248, de 30/12/1994, págs. 21352-21353

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. LEI Nº 11.520, DE 03 DE AGOSTO DE 2000. [\(atualizada até a Lei nº 11.947, de 26 de agosto de 2003\)](#) Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

FELFILI, J.M.; P.V. Eisenlohr, M.M.R.F. Melo, L.A. Andrade & J.A.A. Meira Neto, eds. 2011. Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de casos. Editora Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira: sistema fitogeográfico, inventário das formações florestais e campestres, técnicas e manejo de coleções botânicas, procedimentos para mapeamentos**. Rio de Janeiro: IBGE- Diretoria de Geociências, 2012. 271p. (Manuais Técnicos de Geociências, 1).

RAMBO, S. J. B. História da flora do Planalto Rio-Grandense. **Anais Botânico do Herbário Barbosa Rodrigues**, Itajaí, v.5, p.1-50, 1953.

RAMBO, S. J. B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1956. 456 p.

RIZZINI, C.T. **Tratado de Fitogeografia do Brasil** - Aspectos sociológicos e florísticos. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1979. 374 p



VELOSO, H. P.; GÓES FILHO, L. Fitogeografia brasileira: classificação fisionômica-ecológica da vegetação neotropical. In: PROJETO RADAMBRASIL, 1982, Salvador. (**Bol. Técnico. Série Vegetação**, 1).

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antônio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 124 p

WALTER, H. **Vegetação e Zonas Climáticas**. São Paulo : EPU,1986

NOME DA DISCIPLINA: Biodiversidade de Plantas Alimentícias Não Convencionais

DOCENTE: Elaine Biondo

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	19/10/2018	19:30	23:00
2	20/10/2018	8:30	12:00
3	20/10/2018	13:30	17:30
4	09/11/2018	19:30	23:00
5	10/11/2018	8:30	12:00
6	10/11/2018	13:30	17:30

EMENTA: Biodiversidade e recursos alimentares. Diversidade de plantas alimentícias não convencionais: conceitos; características sistemáticas, nutricionais e principais utilizações. Panc, Soberania e Segurança Alimentar. Importância para a Agroecologia e Produção Orgânica. Uso potencial e atual em diferentes comunidades: na gastronomia, alimentação tradicional, religioso. Valorização de panc's. Produção e comercialização de panc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. . **Manual de Hortaliças Não-Convencionais**. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Brasília DF: MAPA/ACS, 2010. 92p.

KINUPP, V.F. **Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS**. 2007, 2v. 562 f. Tese (Doutorado em Agronomia), Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



RAPOPORT, E.H.; MARZOCCA, A.; DRAUSAL, B.S. **Malerzas comestíveis del Cono Sur Y Otras Partes del Planeta. Argentina.** Instituto Nacional de Tecnologia e Agropecuária (INIA), 2009. 216p.

NOME DA DISCIPLINA: Tecnologias Limpas Industriais

DOCENTE: Fabiano Simões e Rafael Haag

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	09/11/2018	19:30	23:00
2	10/11/2018	8:30	12:00
3	10/11/2018	13:30	17:30
4	23/11/2018	19:30	23:00
5	24/11/2018	8:30	12:00
6	24/11/2018	13:30	17:30

EMENTA: Tecnologias limpas e o desenvolvimento Sustentável. Relação das tecnologias limpas com a viabilidade social, econômica e ambiental das empresas. Políticas públicas e tecnologias limpas. Metodologias de implantação de tecnologias limpas. Análise de ciclo de vida do produto. Agricultura e técnicas sustentáveis de cultivo. Desenvolvimento e aplicação de programas para produção limpa. Poluentes produzidos na produção agropecuária e tratamento de resíduos orgânicos: compostagem, biodigestores, energia verde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORRÊA, A. G., ZUIN V.G; Química Verde: Fundamentos e Aplicações. São Paulo: Ed. UFSCar, 2009.

GALLO, D. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002.

CHEHEBE, J. R. B. Análise do Ciclo de Vida de Produtos: Ferramenta Gerencial da ISO14000. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., CNI, 2002.

GIANNETTI, B. F. & ALMEIDA, C.M.V.B. Ecologia industrial: Conceitos, ferramentas e aplicações. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

GLIESSMAN, S. R. Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture. Chelsea, Michigan, USA: Ann Arbor Press, 1998.

PARRA, J. R. P.; BOTELHO, P. S. M.; CORREA-FERREIRA, B. S. Controle biológico no Brasil: parasitoides e predadores. São Paulo: Manole, 2002.



SRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. Alimentos Orgânicos. Produção, tecnologia e certificação. Viçosa. Editora UFV, 2003.

TOWNSED, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. Porto Alegre. Artmed. 3a edição, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: Perspectivas Críticas da Educação Ambiental

DOCENTE: Rosmarie Reinher

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	23/11/2018	19:30	23:00
2	24/11/2018	8:30	12:00
3	24/11/2018	13:30	17:30
4	30/11/2018	19:30	23:00
5	01/12/2018	8:30	12:00
6	01/12/2018	13:30	17:30

EMENTA: Problematização dos processos de ambientalização dos conflitos sociais em relação à (re)formulação de saberes e governanças ambientais. Estudo das críticas à ambientalização dos conflitos sociais em sua perspectiva extra/curricular. Interpretação de processos, programas e projetos do campo social/educação ambiental sob a perspectiva do construcionismo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACSELRAD, Henri; MELO, Cecília C.; BEZERRA, Gustavo N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. Las sociedad del risco global. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.
- HANNIGAN, John A. Sociologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.
- HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo (Orgs). Qualidade de vida e riscos ambientais. Niterói: Ed UFF, 2000.
- LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- LAYRARGUES, Philippe P. A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental. Tese (doutorado), Unicamp, IFCH, 2003.



- LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial. Rio: Relume Dumará, 2004.
- LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: Ecossistemas Aquáticos Continentais

DOCENTE: Márcia dos Santos Ramos Berreta e Albano Schwarzbald

CARGA HORÁRIA: 30 h

Nº da AULA	DATA	INÍCIO	FIM
1	30/11/2018	19:30	23:00
2	01/12/2018	8:30	12:00
3	01/12/2018	13:30	17:30
4	07/12/2018	19:30	23:00
5	08/12/2018	8:30	12:00
6	08/12/2018	13:30	17:30

EMENTA:

Propriedades da substância água. Estrutura e função de ecossistemas aquáticos. Ambientes lênticos e semi-lênticos: lagos, represas. Rios e suas tipologias. Bacias hidrográficas. Componentes dos ecossistemas aquáticos: plâncton, macrófitas, bentos e peixes. Poluição aquática. Parâmetros de avaliação de qualidade da água. Política nacional de recursos hídricos. Instrumentos de gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução CONAMA nº 357/05. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de março de 2005.
- CECH, T. Recursos hídricos – história, desenvolvimento, política e gestão. 3ed, São Paulo: Editora LTC, 2013.
- ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia. 3a. Ed. Ed. Interciência: Rio de Janeiro, 2011.
- FREITAS, V. P. (Coord.) Águas - Aspectos Jurídicos e Ambientais. Curitiba: Juruá Editora, 2010.
- LIBANEO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. 3ed, São Paulo: Editora Atomo, 2010.



ODUM, E.P. Ecologia. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1988.
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil: capital Ecológico, uso e conservação. 2ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
TUCCI, C.E.M (org.). Hidrologia - ciência e aplicação. 4ed, Porto Alegre: Editora ABRH, 2007.
TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

